



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
IX CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

PRIMEIRA PROVA ESCRITA - 1ª ETAPA **Cuiabá – Mato Grosso** **20 de novembro de 2004**

01. A prova terá duração de 04 (quatro) horas.
02. Não será permitida nenhuma forma de consulta.
03. Os fiscais não prestarão esclarecimentos a respeito do conteúdo da prova. A interpretação das questões faz parte da prova.
04. Confira se o seu caderno de prova contém todas as questões numeradas de 01 a 50. Existindo falha, chame o fiscal. Reclamações posteriores não serão aceitas.
05. Ao terminar a prova, devolva o cartão de respostas preenchido. **Não destaque a ficha de identificação.**
06. Preencher o cartão de respostas com caneta de tinta azul ou preta. Não rasure nenhuma questão. Não utilizar corretor.
07. Não escreva nada no cartão de respostas, além dos dados solicitados. Qualquer anotação feita no mesmo torna-lo-á nulo.
08. O candidato poderá levar o caderno de questões **após decorridas 03 (três) horas.**
09. Atente para o tempo de preenchimento do cartão de respostas, pois, após a duração de 04 (quatro) horas os mesmos serão recolhidos.
10. O gabarito relativo à primeira prova escrita será divulgado logo após a sessão pública de divulgação do resultado, o qual será afixado na portaria principal do prédio do TRT da 23ª Região e disponibilizado via Internet no endereço eletrônico www.trt23.gov.br.
11. A sessão pública de divulgação do resultado ocorrerá no dia 23/11/2004, às 18h, na sede do TRT da 23ª Região.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Entre as garantias constitucionalmente previstas aos membros da magistratura, tem-se a inamovibilidade e a vitaliciedade. Assim é INCORRETO afirmar:

- a) os magistrados dos Tribunais Superiores, ou mesmo os advogados e membros do Ministério Público que ingressam nos Tribunais Estaduais ou Federais pelo quinto constitucional adquirem vitaliciedade imediatamente no momento da posse;
- b) aos juízes de primeiro grau, a vitaliciedade, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal ao que o juiz estiver vinculado;
- c) uma vez titular do respectivo cargo, o juiz somente poderá ser removido por iniciativa própria, salvo por motivo de interesse público e pelo voto de dois terços do respectivo tribunal, assegurada ampla defesa;
- d) aos juizes militares não se aplicam as regras de inamovibilidade, porquanto há necessidade de acompanhamento das forças militares em operação junto às quais tenham de servir;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

2) Assinale V (Verdadeira) ou F (Falsa) ao lado de cada afirmativa abaixo e marque a alternativa correta:

- () a competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pela Casa da Moeda do Brasil;
- () as disponibilidades de caixa da união serão depositadas no Banco do Brasil;
- () o Banco Central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros
- () a lei orçamentária anual compreenderá, entre outros, o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta e indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público
- () é permitido ao Banco Central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade desde que não seja instituição financeira oficial.

- a) V – V – F – F - V
- b) F – F – V – V – F
- c) F - V – V – V – F
- d) V – F – V – V – V
- e) F – V – V – F – V

3) A propósito do Parlamentarismo é correto afirmar:

- a) é fruto de uma criação racional e consciente, originada da Convenção de Filadélfia;
- b) confere a chefia do Estado e a do governo a um órgão unipessoal;
- c) o parlamentarismo apoiado em sistema pluripartidário, onde não há partido dominante, é também chamado de pluripartidarismo atomístico, proporcionando ao gabinete estabilidade e força para governar;
- d) um dos traços característicos do parlamentarismo é a independência dos Poderes Legislativo e Executivo;
- e) juridicamente caracteriza-se por ser um regime de divisão de poderes, na medida em que adota a distinção clássica das funções do Estado e sua atribuição a órgãos diversos.

4) Considere-se as seguintes afirmações em relação ao Processo Legislativo:

- I - o Congresso Nacional, no exercício do Poder Constituinte derivado reformador não se submete a nenhuma limitação.
- II - as Emendas constitucionais não podem versar sobre pontos tendentes a abolir os direitos e garantias individuais.
- III - a Constituição Federal não poderá ser emendada na vigência de Intervenção Federal.
- IV - a lei complementar se caracteriza por um processo de elaboração especial, exigindo *quorum* para sua aprovação da maioria absoluta, ou seja, o primeiro número inteiro subsequente à divisão dos membros da Casa Legislativa por dois.
- V - as Emendas Constitucionais não estão sujeitas à sanção presidencial.

SOMENTE está incorreto_o que se afirma em:

- a) I e V;
- b) I; III e V;
- c) II, III e IV;
- d) I;
- e) III e V

5) A Constituição Federal em seu 231, *caput* e §§ 1º e 2º, estabelece:

“ São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º. São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.”

Da análise do comando constitucional pode-se afirmar:

- I - que o qualificativo tradicionalmente atribuído às terras ocupadas pelos índios implica uma circunstância temporal.
- II - que o qualificativo tradicionalmente atribuídos às terras ocupadas pelos índios, diz respeito ao *modus vivendi* dos índios, aos seus costumes e tradições;
- III - que a posse das terras ocupadas tradicionalmente pelos índios é regulada pelo direito civil.
- IV - que a posse não é simplesmente *ius possessionis*, mas *ius possidendi*, porque diz respeito ao uso e a fruição da coisa.
- V - os termos tradicionalmente e posse permanente são empregados pela constituição em função de usucapião imemorial em favor dos índios, como eventual título substantivo que prevaleça sobre títulos anteriores.

Assim pode-se afirmar que:

- a) todas são INCORRETAS;
- b) somente III é INCORRETA;
- c) somente II e IV são corretas;
- d) somente IV e e V são INCORRETAS;
- e) somente I e II são corretas.

6) Sobre os elementos da Constituição, associe corretamente e marque a alternativa correspondente:

- 1) contêm as normas que regulam a estrutura do Estado e do poder;
- 2) se manifestam nas normas que consubstanciam o elenco dos direitos e garantias fundamentais: Direitos individuais e suas garantias, direitos de nacionalidade e direitos políticos e democráticos;
- 3) normas que revelam o caráter de compromisso das constituições modernas entre o Estado individualista e o Estado Social, intervencionista, a exemplo dos títulos contempladores Da Ordem Econômica Financeira e Da Ordem Social;
- 4) consagradas nas normas destinadas a assegurar a solução de conflitos constitucionais, a defesa da constituição, do Estado e das instituições democráticas, premunindo os meios e técnicas contra sua alteração e infringência;
- 5) se acham consubstanciados nas normas que estatuem regras de aplicação das constituições.

- A) ELEMENTOS SÓCIO-IDEOLÓGICOS
B) ELEMENTOS DE ESTABILIZAÇÃO CONSTITUCIONAL
C) ELEMENTOS FORMAIS DE APLICABILIDADE
D) ELEMENTOS LIMITATIVOS
E) ELEMENTOS ORGÂNICOS.

A resposta correta se encontra em:

- a) 1E – 2D – 3B – 4C – 5A;
- b) 1C – 2A - 3D – 4E – 5B;
- c) 1B – 2D -3A - 4C – 5E;
- d) 1E – 2D -3A - 4B – 5C;
- e) 1A - 2E – 3B – 4C – 5D.

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO:

7) Assinale a correta:

- a) denomina-se *conversão negocial* a decretação de nulidade absoluta por ato do juiz incidente sobre o contrato de trabalho;
- b) os representantes comerciais são idos como trabalhadores *parassubordinados* e, por isso, são considerados empregados celetistas não só *de lege ferenda*, mas também pelo que dispõe a lei positiva;
- c) o parágrafo único do art. 442 da CLT veda expressamente o reconhecimento do vínculo de emprego, mesmo no caso da cooperativa ser considerada fraudulenta (art. 9º. da CLT);
- d) por força de lei positiva, o estagiário tem vínculo de emprego somente quando labora de forma onerosa;
- e) por força de lei positiva é possível retribuir em parcela pecuniária o trabalho voluntário mediante convênio com a União Federal, observando o regular cadastramento perante o Ministério do Trabalho e Emprego;

8) Sobre os requisitos da relação de emprego em face dos avanços tecnológicos, assinale a certa:

- a) o atual ideário de produção flexível aplica-se com maior ênfase no paradigma Fordista e menos no Toyotista;
- b) a contratação através de *consórcio de empregadores rurais* assegura ao empregado contratado todos os direitos trabalhistas previstos na CLT, exceto FGTS;
- c) em face de exegese revigorada e extensiva do art. 6º. da CLT, o teletrabalho encontra-se tutelado pelo Direito do Trabalho desde que presente os requisitos da relação de emprego;
- d) o trabalho a tempo parcial assegura integralmente os direitos da CLT, exceto no que tange à duração das férias, ao montante do 13º. salário e o valor proporcional do salário comparado a colega exercente de mesma função em tempo integral;
- e) perante a jurisprudência do TST, a terceirização é admitida desde que existente pessoalidade e subordinação direta com o tomador e somente em relação as suas atividades não essenciais;

9) Dentre as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

- I - apesar de terem sido instituídas por mera portaria do Ministério do Trabalho (Portaria 3.214/78) – e, portanto, de não terem sido promulgadas pelo Poder Legislativo, após regular procedimento de discussão e aprovação de diplomas legais –, as Normas Regulamentadoras (NR^s) têm força de lei e são de observância obrigatória pelas empresas privadas e públicas, pelos órgãos públicos de administração direta e indireta, bem como pelos órgãos dos poderes legislativo e judiciário, que possuam empregados regidos pela CLT.
 - II - para garantir a inexistência de riscos de acidentes e/ou doenças do trabalho, a lei impõe que nenhum estabelecimento novo pode iniciar suas atividades sem solicitar a aprovação de suas instalações ao Ministério do Trabalho e Emprego. Essa solicitação também deverá ser requerida quando o estabelecimento sofrer modificação substancial em suas instalações ou equipamentos. O estabelecimento que não se sujeitar à inspeção prévia (ou não apresentar a declaração de instalações) fica sujeito ao impedimento de seu funcionamento, até que seja cumprida tal exigência.
 - III - a configuração do grupo econômico acarreta a responsabilidade solidária de todos os integrantes que o compõem (artigo 2º, § 2º, da CLT). Do ponto de vista das obrigações patronais, tal responsabilidade abrange apenas o dever de quitar as parcelas trabalhistas previstas em lei. Assim, a empresa "A" é responsável solidária pelo pagamento de horas extras laboradas por empregado da empresa "B", com quem forma grupo econômico, mas não é responsável solidária por eventual omissão da empresa "B" na adoção de medidas protetivas à saúde deste empregado (obrigação de fazer), máxime porque cada empresa componente do grupo detém personalidade jurídica própria.
 - IV - as normas regulamentadoras reconhecem apenas três espécies de riscos do trabalho: físicos (formas de energia), químicos (substâncias ou produtos) e biológicos (bactérias, fungos, etc.). Apesar da legislação não prever outras espécies de riscos (ergonômicos ou mentais, por exemplo), o empregador está obrigado a empreender medidas de proteção contra quaisquer agentes danosos, mesmo aqueles não reconhecidos em lei.
- a) todas estão corretas;
 - b) apenas I está incorreta;
 - c) apenas II está incorreta;
 - d) apenas III está incorreta;
 - e) apenas IV está incorreta

10) Sobre o entendimento uniforme do TST acerca dos bancários, assinale a incorreta:

- a) o advogado empregado de banco, pelo simples exercício da advocacia, exerce cargo de confiança, enquadrando-se, portanto, na hipótese do § 2º art. 224 da CLT;
- b) não se beneficiam do regime legal relativo aos bancários os empregados de estabelecimento de crédito pertencente a categorias profissionais diferenciadas;
- c) a configuração, ou não, do exercício de função de confiança a que se refere o art. 224, § 2º, da CLT depende da prova das reais atribuições do empregado, é insuscetível de exame mediante recurso de revista ou embargos.
- d) a jornada de trabalho do empregado de banco gerente de agência é regida pelo art. 224, § 2º, da CLT. Quanto ao gerente geral de agência bancária, presume-se o exercício de encargo de gestão, aplicando-se-lhe o art. 62.
- e) o intervalo intrajornada de 15 minutos do bancário não é computável na jornada de trabalho.

11) Sobre o entendimento do TST acerca da jornada de trabalho marque a incorreta:

- a) a compensação de jornada pode ser ajustada por acordo individual, salvo se houver norma coletiva em sentido contrário;
- b) ao empregador é possível optar entre a adoção do banco de horas e a compensação semanal; em se optando por esta é válido o ajuste firmado que contempla sistema que alterna a prestação de 48 horas em uma semana e 40 horas em outra;
- c) não é válido o ajuste tácito para compensação de jornada;
- d) são inválidos os cartões de ponto que demonstram horário de entrada e saída invariáveis, invertendo-se o ônus da prova, relativo às horas extras, que passa a ser do empregador, com presunção *juris et de jure* do horário da inicial;
- e) é ônus do empregador que conta com mais de 10 (dez) empregados o registro da jornada de trabalho na forma da lei. A não apresentação injustificada dos controles de frequência gera presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho, independentemente de intimação judicial ao empregador.

12) Assinale a incorreta:

- a) em que pese a expressa dicção do art. 7º, XXII, da Constituição Federal, e a existência de precedentes do STF em sentido contrário, o TST firmou posição de que a base de cálculo do adicional de insalubridade é o Salário Mínimo, salvo se o empregado tiver salário profissional assegurado em lei ou instrumento normativo, ocasião em que será sobre este calculado;
- b) a realização de perícia é obrigatória para a verificação de insalubridade, podendo o julgador utilizar-se de outros meios de prova quando for fisicamente impossível a sua realização;
- c) argüida em juízo a insalubridade ou a periculosidade, o juiz designará perito habilitado na forma da lei, e, onde não houver, requisitará perícia ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego;
- d) conforme entendimento jurisprudencial do TST, o contato eventual com o agente perigoso, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, se dá por tempo extremamente reduzido, não dá direito ao empregado a perceber o adicional respectivo;
- e) via de regra, o adicional de periculosidade incide sobre o salário básico acrescido de outros adicionais, exceto em relação aos eletricitários, cujo cálculo deverá ser efetuado apenas sobre o salário base.

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

13) Sobre Assistência Judiciária Gratuita, assinale a incorreta:

- a) a Justiça Gratuita abrange isenção de custas e despesas processuais, enquanto que a chamada Assistência Judiciária Gratuita abrange, além dos benefícios da Justiça Gratuita os Honorários Assistenciais e do Perito;
- b) o requisito da assistência judiciária previsto da L. 1060/50, exige declaração de pobreza por parte do requerente, sendo que a matéria restou complementada em 1970 pela Lei 5584 (art. 14, § 1º), exigindo como requisito remuneração de até 2 SM ou declaração de pobreza;
- c) a Lei 5584/70 restou revogada tacitamente pela Lei 10.288/01, quando esta inseriu o § 10º ao art. 789 da CLT, assegurando, durante sua vigência, assistência gratuita aos desempregados, aos empregados com remuneração de até 5 SM ou aqueles que se declararem pobre;
- d) a Lei 10.537/02 suprimiu o § 10º do art. 789, da CLT, sem, contudo, reprimir expressamente o art. 14, caput e § 1º da L. 5584/70. Logo, atualmente, voltou a se aplicar na Justiça do Trabalho exclusivamente o requisito da Lei 1060/50 para ter direito à assistência judiciária gratuita, o qual seja a declaração de pobreza do requerente;
- e) nos termos de orientação uniforme do TST, para a concessão da assistência judiciária, basta a simples afirmação do declarante ou de seu advogado, na petição inicial, para considerar configurada a sua situação econômica, sendo, contudo, necessária a outorga de poderes especiais ao patrono da causa para firmar declaração de insuficiência econômica, destinada à concessão dos benefícios da justiça gratuita.

14) Assinale a correta sobre direito sindical e coletivo do trabalho:

- I - o atual sistema confederativo da representação sindical é formado pelas: centrais sindicais, confederações, federações e sindicatos.
 - II - na organização de sindicato o direito brasileiro exige a observância do princípio constitucional da pluralidade sindical de categorias econômicas e diferenciadas;
 - III – até que lei venha a dispor a respeito, incumbe ao Ministério do Trabalho proceder ao registro das entidades sindicais;
 - IV – a contribuição confederativa de que trata o art. 8º., IV, da Constituição Federal, só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo, nos termos de precedente do STF;
- a) apenas os enunciados III e IV estão corretos;
 - b) apenas III está correto;
 - c) apenas IV está correto;
 - d) apenas I e III estão errados;
 - e) apenas II e III estão corretos.

15) Dentre os enunciados abaixo, assinale a alternativa correta:

- I – A ordem constitucional assegura aos interessados o direito de greve e *lock-out*, sujeitando-se os responsáveis às penas da lei nos casos de exercício abusivo do direito;
 - II – As comissões de conciliação prévia constituem a única forma de arbitragem autorizada em lei para a solução de conflitos trabalhistas;
 - III - Nos termos do parágrafo 2º. do art. 114 da CF é possível inferir que as fontes autônomas consubstanciadas nas convenções e acordos coletivos de trabalho se sobrepõem às sentenças normativas, na medida em que o julgamento destas deve observar os limites daquelas;
 - IV – O Brasil ratificou a Convenção 87 da OIT após estabelecer na Carta Constitucional de 1988 a liberdade de se sindicalizar e a autonomia sindical;
- a) apenas os enunciados III e IV estão corretos;
 - b) apenas III está correto;
 - c) apenas II está correto;
 - d) apenas III e IV estão corretos;
 - e) apenas II e III estão corretos.

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

16) Sobre “Contrato Internacional de Trabalho”, assinale a correta:

Um brasileiro residente no Paraguai foi contratado em Foz do Iguaçu para prestar serviços de engenharia, como empregado, no Chile. O trabalho foi executado de forma definitiva e integralmente na filial brasileira em território chileno. Uma vez tendo o empregado ingressado com ação trabalhista no Brasil, qual a lei aplicável ao caso?

- a) a lei trabalhista brasileira, integral e exclusivamente, nos termos do Decreto-Lei 691/1969;
- b) a lei trabalhista paraguaia, integral e exclusivamente, nos termos do Decreto-Lei 691/1969;
- c) a lei trabalhista chilena, integral e exclusivamente, nos termos do Decreto-Lei 691/1969;
- d) a lei trabalhista chilena e, de forma suplementar, a lei trabalhista brasileira naquilo em que for mais favorável que a legislação chilena no conjunto de normas e em relação a cada matéria, observando-se as disposições da Lei 7064/82;
- e) a lei trabalhista brasileira e, de forma suplementar, a lei trabalhista chilena naquilo em que for mais favorável que a legislação brasileira no conjunto de normas em relação a cada matéria, observando-se as disposições da Lei 7064/82;

17) A estrutura básica da OIT é formada pelos seguintes órgãos:

- a) Conferência Internacional do Trabalho, Repartição Internacional do Trabalho e Conselho de Administração;
- b) Conferência Internacional do Trabalho, Conselho Consultivo e Repartição Internacional do Trabalho;
- c) Conferência Internacional do Trabalho, Conselho Deliberativo e Repartição Internacional do Trabalho;
- d) Conselho de Administração, Secretaria Geral e Assembléia Geral;
- e) Conselho de Administração e Conselho Consultivo;

18) Dentre as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

I – o Brasil adota o sistema jurídico monista, vez que o tratado internacional só produz efeitos jurídicos quando adentra no direito objetivo interno, devendo ser ratificada através de Decreto-Legislativo seguido do Decreto de Promulgação;

II – o conflito entre a norma da Convenção internacional ratificada e a lei interna posterior a essa ratificação é resolvido com a prevalência desta última; mas a aplicação da lei nova, contrária à disposição internacional, não pode elidir a responsabilidade do Estado perante a OIT;

III – os direitos e garantias individuais elencados na Constituição Federal se somam com outras decorrentes dos tratados internacionais ratificados pelo Brasil; contudo enquanto os direitos fundamentais relacionados na Constituição são considerados cláusulas pétreas, os advindos de tratados internacionais têm mero *status* de lei federal, conforme entendimento jurisprudencial do STF;

IV – a Constituição da OIT não assegura expressamente o princípio do *favor laboris*;

- a) apenas os enunciados I e II estão corretos;
- b) apenas I, II e III estão corretos;
- c) apenas II e III estão corretos;
- d) apenas I, II e IV estão corretos;
- e) todos estão corretos.

DIREITO CIVIL

19) Sobre o locupletamento, assinale a incorreta:

- a) o instituto do enriquecimento sem causa foi regulamentado pela primeira vez, a partir do advento do atual Código Civil; contudo, antes disso, já era possível aplicá-lo através da doutrina, jurisprudência e direito comparado;
- b) caso o enriquecimento ilícito tenha por objeto coisa determinada, quem a recebeu deverá restituir por outra cujo valor seja equivalente na época em que foi exigido;
- c) aplica-se o instituto da locupletação nos casos de causa ilícita ou mesmo nas situações em que a causa deixou de existir;
- d) não se aplicam os efeitos do instituto do locupletamento às partes que já tenham ajustado cláusula penal para ressarcir eventual prejuízo;
- e) o prejuízo atinente ao enriquecimento sem causa está sujeito à correção monetária, contudo sem incidência de juros moratórios, pois do contrário caracterizaria “bis in idem” já que os juros também se constituem indenização por inadimplemento em obrigação pecuniária;

20) Sobre a teoria da imprevisão assinale a correta:

- a) o instituto da onerosidade excessiva é uma *longa manus* da teoria da *pacta sunt servanda*;
- b) a cláusula *rebus sic stantibus* decorre da teoria da imprevisão e se aplica aos contratos sinalagmáticos, comutativos e de execução continuada ou diferida;
- c) quando a prestação de uma das partes se tornar manifestamente onerosa em face de acontecimento ocorrido no momento da celebração ou superveniente ao contrato, com extrema vantagem para a parte adversa, poderá o devedor pedir a resolução do contrato;
- d) caso o réu se proponha a modificar as condições do contrato de forma a elidir, ainda que em parte, o prejuízo mensurado, a resolução será evitada, desde que com a expressa anuência do credor;
- e) se as obrigações contratuais couberem apenas a uma das partes, esta poderá postular a redução equitativa a fim de evitar a locupletação, mas sempre de modo a evitar que não se altere a forma de execução da prestação;

21) Dentre as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

- I – a função social do contrato é uma regra aberta que propicia ampla liberdade ao magistrado, contudo a norma não é auto-aplicável por não se encontrar expressamente prevista ou respaldada na Constituição Federal, carecendo, pois, de regulamentação;
 - II – a função social do contrato é vista tanto num sentido limitador, coibindo práticas iníquas de uma das partes, como também num sentido positivo, impondo um padrão de conduta que prestigie o interesse coletivo em detrimento do interesse particular;
 - III – o direito de propriedade, outrora absoluto, com o passar do tempo se relativizou na medida em que só admite o seu exercício em conformidade com as suas finalidades econômicas e sociais;
 - IV – o proprietário pode ser privado da coisa, em caso de desapropriação, desde que motivado por utilidade pública ou interesse social;
-
- a) todas estão corretas;
 - b) todas estão incorretas;
 - c) somente uma assertiva está correta;
 - d) somente duas assertivas estão corretas;
 - e) somente três assertivas estão corretas;

22) Dentre as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta:

- I – compreende-se por boa-fé objetiva o *standard* jurídico de conduta ética e leal pautada no reconhecimento do outro, sendo a litigância de má-fé e a posse de boa-fé exemplos, respectivamente, da falta e da presença da boa-fé do tipo objetiva;
 - II – os contratos comutativos e de execução continuada são relações jurídicas complexas e dinâmicas que encerram obrigações principais e secundárias, além de deveres anexos de comportamento estribados na boa-fé objetiva, classificados pela doutrina como deveres de informação, proteção e lealdade;
 - III – a boa-fé serve de canône hermenêutico-integrativo em casos de lacunas ou antinomias nos negócios jurídicos;
 - IV - a chamada culpa *in contrahendo* própria dos danos pré-contratuais é pautada no princípio da boa-fé que informa as relações obrigacionais;
- a) somente I e II estão corretas;
 - b) somente I e IV estão corretas;
 - c) somente II e III estão corretas;
 - d) somente II, III e IV estão corretas;
 - e) todas estão corretas;

23) Assinale a alternativa incorreta:

- a) ao contrário do Código Civil de 1916, a Prescrição e a Decadência são tratadas em capítulos distintos pelo Código Civil de 2002, fato que enaltece as características da operabilidade e da pragmaticidade anunciadas pelo Relator Miguel Reale;
- b) enquanto a Prescrição encerra fatos impeditivos, suspensivos e interruptivos da contagem de seu prazo, na Decadência o prazo é sempre peremptório, não havendo qualquer fato que possa impedir a fluidez de sua contagem;
- c) é de cinco anos a prescrição da pretensão dos procuradores judiciais cobrarem seus honorários, contada do prazo da conclusão dos serviços;
- d) enquanto na Decadência o direito material e o direito de ação nascem simultaneamente, na Prescrição a *actio nata* nasce em momento posterior à caracterização do direito substantivo;
- e) por preempção se entende a perda momentânea do direito de ação, enquanto a Prescrição implica a perda definitiva do direito de postular em juízo um direito material que, a rigor, remanesce;

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

24) A respeito do princípio da inércia no direito processual civil é incorreto afirmar que:

- a) o juiz somente poderá conhecer do pedido do réu se sua pretensão tiver sido deduzida em forma de ação conexa, reconvenção ou ação declaratória incidental;
- b) há matérias que, por serem de ordem pública, devem ser apreciadas de ofício pelo juiz, não estando sujeitas à preclusão;
- c) há procedimentos que podem ser iniciados de ofício pelo juiz, tais como: o inventário, a exibição de testamento, a arrecadação de bens da herança jacente e arrecadação de bens de ausente; decreto de falência do comerciante sem direito à concordata preventiva;
- d) o juiz pode, de ofício, suscitar conflito de competência e incidente de uniformização de jurisprudência;
- e) podem provocar a atividade jurisdicional a parte, o interessado, bem como o Ministério Público, nas causas em que a lei lhe atribuir legitimidade.

25) Acerca dos princípios processuais civis assinale a afirmativa incorreta:

- a) o conceito de juiz natural existe em função de dois grandes princípios: o da igualdade e o da legalidade;
- b) é imparcial o juiz que não tem interesse próprio, ou de pessoa que viva às suas expensas no julgamento, nem obsta que sua atividade se submeta à medidas processuais para a excelência da decisão final.
- c) o princípio do contraditório e da ampla defesa tem por elementos: o direito da parte à informação e a garantia de possível reação;
- d) o processo civil moderno ganhou um caráter publicista, porque proposta a ação, inclusive acerca de direitos disponíveis, exige-se postura ativa e participativa do juiz, interferindo no processo, desvinculado da iniciativa das partes, para dar efetividade ao direito e para a justiça na decisão.
- e) o princípio da motivação das decisões judiciais tem tríplice finalidade: aquilatar a imparcialidade do julgador; aferir a legalidade da decisão; e possibilitar a impugnação da sentença.

26) CPC, art. 741, parágrafo único, “...considera-se inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal ou em aplicação ou interpretação tidas por incompatíveis com a Constituição Federal”, assinale a afirmação correta:

- a) estamos diante de regra que teve declarada a sua inconstitucionalidade com base no art. 5º, XXXVI (*a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada*);
- b) estamos diante de regra que, em caráter excepcional, relativiza a eficácia da coisa julgada material;
- c) no processo civil, o instituto da coisa julgada tem caráter absoluto, não se lhe podendo atribuir eficácia relativa desde a sua constituição;
- d) inexistente hipótese em que o título executivo judicial possa deixar de ser exigível;
- e) nenhuma das afirmações é verdadeira.

27) Observadas as regras do processo civil vigentes acerca da prova testemunhal, é correto afirmar:

- 1) são consideradas absolutamente incapazes o surdo e o cego, bem como o enfermo que, ao tempo em que ocorreram os fatos, não estavam apto para transmitir suas percepções;
- 2) havendo necessidade estrita, o juiz ouvirá testemunhas impedidas ou suspeitas;
- 3) a testemunha prestará compromisso de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado;
- 4) as perguntas que o juiz indeferir serão necessariamente transcritas no termo de audiência;
- 5) a testemunha, quando sujeita ao regime da legislação trabalhista, pode requerer ao juiz o reembolso dos descontos salariais decorrente do comparecimento em juízo, devendo a parte interessada depositar o valor correspondente.

Assinale a alternativa correta:

- a) as afirmações “2” e “3” são verdadeiras;
- b) as afirmações “1”, “2” e “3” são verdadeiras;
- c) as afirmações “2” e “5” são falsas;
- d) somente a alternativa “5” é verdadeira;
- e) nenhuma das alternativas anteriores é verdadeira.

28) Fraude à execução. Assinale a alternativa incorreta:

- a) em caso de insolvência e de alienação no curso da demanda, dispensa-se a prova do *concilium fraudis*;
- b) para a caracterização da fraude à execução não se exige que os fiadores também fiquem reduzidos à insolvência ou que estes não tenham bens para garantir a dívida;
- c) quando ao tempo da alienação ou oneração de bens capaz de reduzir o devedor à insolvência, corria ação (condenatória ou execução) contra si, com citação válida;
- d) para que se configure, basta a existência de demanda pendente, quando a alienação de bens se consumou, não dispondo o executado de outros bens penhoráveis, desde que inscrita a penhora no registro competente;
- e) a alienação de bem constrito por penhora é ineficaz, sendo desnecessário demonstrar a insolvência do executado.

29) Em face da evolução doutrinária da natureza do direito de ação, a que mais se amolda à sistemática do CPC, podemos afirmar que:

- 1) trata-se de emanção do direito substancial ou material; é o próprio direito material reagindo a uma violação; é uma qualidade de todo o direito material.
- 2) não há direito de ação, sem que tenha ocorrido lesão ou ameaça à direito de material; ou toda ação deve ter por objeto direito violado ou ameaçado; a todo direito há uma ação que o assegure.
- 3) ainda que não se confunda com o direito material controvertido, só se considera ter havido exercício do direito de ação, se o autor ganhar a demanda.
- 4) o direito de ação é distinto do direito material controvertido que pode sequer existir, dirige-se contra o Estado, porém, pretendendo a sujeição do réu, para o seu exercício, basta o autor referir-se a uma hipotética lide, além de preencher certos requisitos.

Assinale a alternativa correta:

- a) todas estão incorretas;
- b) a afirmação 2 é a única correta;
- c) as afirmações 1, 2 e 4 estão corretas;
- d) as afirmações 2, 3 e 4 estão corretas;
- e) a afirmação 4 é a única correta;

30) Analise as proposições abaixo e responda:

- 1) ação monitória compete a quem pretender, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, não sendo cabível para o pleito de entrega de coisa fungível ou bem móvel;
- 2) ajuizada a ação monitória, o devedor citado poderá opor-se a ela mediante embargos, sendo desnecessária a prévia segurança do juízo, e estes serão processados nos próprios autos, pelo procedimento ordinário;
- 3) em caso de revelia, o autor não pode propor ação declaratória incidental, salvo se promover nova citação do réu, que tem o prazo de quinze dias para contestar;
- 4) no processo de execução por quantia certa contra devedor solvente, se o arrematante ou o seu fiador não pagar dentro de três dias o preço, o juiz impor-lhe-á, em favor do exequente, a multa de vinte por cento, incidente sobre o valor da arrematação.

Assinale a alternativa correta:

- a) a afirmação “1” é a única correta;
- b) a afirmação “4” é a única correta;
- c) as afirmações “2” e “3” são corretas;
- d) as afirmações “2” e “4” são corretas;
- e) nenhuma alternativa é correta.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

31) Relativamente à competência *ex ratione loci*, observe as proposições:

- 1) a regra geral é de que a competência da Vara do Trabalho é determinada pela localidade em que o empregado prestar serviços ao empregador ainda que tenha sido contratado fora da área do seu território;
- 2) sendo parte agente ou viajante comercial, será competente a Vara do Trabalho da localização em que o empregado tenha domicílio ou localidade mais próxima, em face do princípio de ampla facilitação o acesso à justiça;
- 3) a competência do Juiz do Trabalho brasileiro estende-se aos dissídios ocorridos em agência ou filial ocorridos no estrangeiro, desde que o empregado seja brasileiro;
- 4) tratando-se de empregador rural que tenha propriedades em diversos municípios pertencentes a diferentes Varas do Trabalho, será competente aquela do lugar da contratação, desde que lá residente o empregado.

Assinale a alternativa correta:

- a) as afirmações “2” e “4” são corretas;
- b) as afirmações “3” e “4” são corretas;
- c) a afirmação “1” é a única correta;
- d) a afirmação “2” é a única correta;
- e) todas as afirmações são corretas.

32) Analise as proposições abaixo:

- 1) são órgãos da Justiça do Trabalho: o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho, as Varas do Trabalho e o Conselho Nacional da Justiça do Trabalho;
- 2) o juiz de direito pode incluir na sua competência causas trabalhistas, quando a comarca não coincida com a jurisdição da vara do trabalho;
- 3) os conflitos de competência *ex ratione loci* entre juiz titular de vara do trabalho e juiz de direito serão dirimidos pelo STJ, conforme a alínea “d” do inciso II do art. 105 da CF/88, porque são juízes vinculados a tribunais diversos;
- 4) o juiz do trabalho pode estender sua jurisdição para os municípios limítrofes à sede da Vara, em caráter itinerante, se o juízo de direito investido na jurisdição trabalhista abrange comarca cuja sede não se inclua em nenhuma dos referidos municípios, embora dela integrantes, em sendo omissa a lei que criou a referida Vara do Trabalho, quanto aos municípios descritos.

Assinale a alternativa correta:

- a) somente as afirmações “1” e “2” são corretas;
- b) somente afirmações “1” e “3” são corretas;
- c) somente as afirmações “1” e “4” são corretas;
- d) há uma única afirmação correta;
- e) nenhuma das afirmações é correta.

33) Analise as proposições abaixo:

- 1) o recurso ordinário somente é cabível contra as sentenças dos juízes do trabalho que extinguem o processo com ou sem julgamento do mérito;
- 2) ao preconizar o não cabimento do recurso de revista, em procedimento de rito sumaríssimo, contra decisões dos TRT's que estejam em consonância com os Enunciados do TST, adotou-se a regra da "*Súmula impeditiva de recurso*";
- 3) da decisão do corregedor regional (TRT), nas correições instauradas contra ato do juiz do trabalho de primeiro grau, cabe recurso para o corregedor geral da Justiça do Trabalho;
- 4) o agravo de petição só será admitido pelo juiz do trabalho, se delimitadas, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, exceto se o tema da impugnação envolver apenas questão jurídica, estando satisfeitos os demais pressupostos recursais.

Assinale a alternativa correta:

- a) há uma única proposição correta;
- b) há apenas duas proposições corretas;
- c) há apenas três proposições corretas;
- d) todas estão corretas;
- e) todas estão erradas.

34) Analise as proposições abaixo:

- 1) os dissídios individuais cujo valor dado à causa não exceda a 40 (quarenta) vezes o salário mínimo vigente à época do ajuizamento da ação trabalhista sempre ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo;
- 2) nas ações trabalhistas sob o rito sumaríssimo devem compreender pedido certo ou determinado, devendo ser indicado o valor correspondente, exceto quando envolver obrigação de fazer ou mero pedido declaratório;
- 3) se o autor não fornecer a liquidação prévia dos pedidos formulados pode acarretar a extinção do processo, sem exame de mérito, mesmo se o reclamante atribuiu valor à causa definido e dentro dos limites para o procedimento de rito sumaríssimo;
- 4) no procedimento de rito sumaríssimo trabalhista, só poderão ser ouvidas as testemunhas arroladas para cada uma das partes, em número não superior a duas.

Assinale a alternativa correta:

- a) as proposições "1" e "2" são corretas;
- b) as proposições "1" e "3" são corretas;
- c) somente a proposição "3" é correta;
- d) somente a proposição "2" é correta;
- e) nenhuma das proposições é correta.

35) Dispondo o art. 765 da CLT que os Juizes e Tribunais do Trabalho têm ampla liberdade na direção do processo, velando pelo andamento rápido das causas, atribuindo ao julgador poder de determinar diligências necessárias ao esclarecimentos dos fatos, pode-se afirmar:

- 1) revela mitigação do princípio dispositivo (o juiz depende, na instrução da causa, de iniciativa das partes quanto às provas), em razão do caráter publicista do processo trabalhista, enfatizando a função jurisdicional como poder-dever;
- 2) em razão do pedido de adicional de insalubridade e periculosidade, ainda que autor e réu discordem, o juiz deve determinar a produção de prova pericial;
- 3) a *ficta confessio*, decorrente do não comparecimento de uma das partes à audiência, para qual foi intimada e admoestada dos efeitos da ausência, acarreta, de ordinário, o encerramento antecipado da instrução oral, sem a colheita de outras provas de audiência;
- 4) a nulidade por falta de tentativa de conciliação antes da produção de prova em audiência, pode ser elidida pela formulação de tentativa de conciliação depois das partes apresentarem suas razões finais.

Assinale a alternativa correta:

- a) as afirmações “1”, “2” e “4” estão corretas;
- b) somente a afirmação “1” está correta;
- c) somente a afirmação “3” está correta;
- d) nenhuma das afirmações está correta;
- e) todas as afirmações estão corretas.

36) Dirigente sindical dispensado sem justa causa ajuizou reclamação trabalhista pleiteando reintegração liminar no emprego e alegando dano irreparável ao direito de representação sindical da categoria que o elegeu. Neste caso, é correto afirmar:

- a) o juiz indefere a petição inicial, por ilegitimidade ativa da parte, porque o autor não detém legitimidade para, individualmente, defender o direito de representação da categoria, prerrogativa exclusiva do ente sindical;
- b) o juiz indefere a petição inicial por inadequação da via processual eleita, já que a providência somente pode ser requerida através de medida cautelar e não como pleito no processo principal;
- c) o pedido só poderá ser deferido após decisão de mérito com trânsito em julgado;
- d) o pedido só poderá ser deferido após o trânsito em julgado da decisão proferida porque o nosso ordenamento jurídico não admite execução provisória de obrigação de fazer;
- e) presentes os requisitos de direito material para estabilidade sindical, o juiz poderá deferir a pretensão liminar e determinar a expedição de mandado para imediata execução.

37) Em se tratando de execução trabalhista contra a fazenda pública municipal, estadual, federal e respectivas autarquias e fundações, é correto afirmar:

- 1) sendo o crédito trabalhista de natureza alimentícia, uma vez apurado em procedimento regular o valor definitivo, a execução far-se-á por penhora, através do sistema *on line*, pelo convênio da Justiça do Trabalho e o Banco Central, na exata importância do crédito do exequente, em saldo bancário do ente público, quando de pequeno valor;
- 2) far-se-á exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para tal fim;
- 3) há dispensa da expedição de precatório, na forma do art. 100, § 3º, da CF/1988, quando a execução contra a Fazenda Pública não exceder os valores definidos, provisoriamente, pela Emenda Constitucional nº 37/2002, como obrigações de pequeno valor, inexistindo ilegalidade, sob esse prisma, na determinação de seqüestro da quantia devida pelo ente público;
- 4) sendo o crédito decorrente de sentença trabalhista de natureza alimentícia, não se confundem com aqueles definidos em lei como de pequeno valor e, por isso, sem limite de valor, a execução não se dará nunca mediante precatórios, mas por requisição direta do juiz ao prefeito municipal, inexistindo ilegalidade, sob tal primas, na determinação de seqüestro da quantia devida pelo ente público;

Assinale a alternativa correta:

- a) as afirmações “1” e “2” são corretas;
- b) as afirmações “1” e “3” são corretas;
- c) as afirmações “2” e “4” são corretas;
- d) a afirmação “3” é a única correta;
- e) nenhuma afirmação é correta.

DIREITO PENAL

38) O funcionário público “A” esqueceu sobre a sua mesa de trabalho a chave da gaveta desta mesa, em que matinha quantia em dinheiro para pequenos pagamentos diários que guarda no cofre, só no final do expediente. O seu colega de trabalho “B” tinha visto a chave sobre a mesa e por distração deixou lá. A faxineira de empresa terceirizada, durante o expediente, sem que ninguém percebesse e utilizando a chave, subtraiu parte do dinheiro da gaveta, recolocando a chave no mesmo local. Pergunta-se:

- a) somente o funcionário “A” responderá por peculato porque era o único responsável pela guarda do dinheiro e teve conduta negligente;
- b) somente o funcionário “B” responderá por peculato porque não tinha posse do dinheiro, mas concorreu para a subtração do dinheiro pela faxineira;
- c) as três pessoas envolvidas praticaram peculato, “A” e “B” na modalidade culposa e a faxineira na forma dolosa, pois, equipara-se a funcionário público;
- d) a faxineira responderá por furto qualificado, já que não configura peculato por ausência da sua qualidade de funcionária pública;
- e) os funcionários “A” e “B” respondem por peculato culposos e a faxineira cometeu furto simples.

39) Analise as proposições abaixo:

- 1) a omissão da verdade pelo tradutor ou interprete em atuação em processo administrativo, inquérito policial ou juízo arbitral configura crime contra a administração da justiça tipificado como falso testemunho ou falsa perícia.
- 2) provocar a ação de autoridade pública, dando ensejo à instauração de processo judicial, de investigação administrativa, de inquérito civil ou propositura de ação de improbidade administrativa contra alguém imputando conduta ilícita que se sabe inocente, configura comunicação falsa de crime;
- 3) usar de violência ou grave ameaça contra autoridade, parte ou qualquer pessoa que funciona ou é chamada a intervir no processo judicial, policial, administrativo ou juízo arbitral, com o fim de favorecer interesse alheio ou próprio, configura crime contra a administração da justiça, tipificado como coação no curso do processo;
- 4) inovar artificiosa e arditosamente o estado do lugar, de coisa, ou de pessoa, no curso do processo civil, administrativo ou com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito, configura fraude processual;

Assinale a alternativa correta:

- a) as proposições “1” e “2” são verdadeiras;
- b) as proposições “2” e “3” são verdadeiras;
- c) as proposições “1” e “4” são verdadeiras;
- d) somente há uma proposição falsa.
- e) nenhuma das proposições é verdadeira;

40) Analise as proposições abaixo:

- 1) exigir para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função pública ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida configura corrupção ativa;
- 2) deixar o funcionário público, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar ao conhecimento da autoridade competente, configura crime de prevaricação;
- 3) a ofensa e ataques à parte contrária e ao membro do Ministério Público em arrazoados de peças judiciais, no calor e veemência da discussão da causa, pela parte ou por seu procurador, não configura injúria, nem difamação, nem desacato punível como crime, ainda para quem der-lhe publicidade;
- 4) nos crimes de sonegação de contribuições previdenciárias extingue-se a punibilidade se o agente, de forma espontânea, declara e confessa as contribuições, importâncias e valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida na lei, antes do início da ação fiscal.

Assinale a alternativa correta:

- a) as proposições “1” e “2” são verdadeiras;
- b) as proposições “2” e “3” são verdadeiras;
- c) a proposição “4” é a única verdadeira;
- d) as proposições “3” e “4” são verdadeiras;
- e) nenhuma das proposições é verdadeira.

DIREITO ADMINISTRATIVO

41) O art. 55, da Lei 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, estabelece:

“Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.”

Assim pela dicção do art. 55, da Lei 9.784/99, compreende-se:

- a) tratar-se de atos revogáveis;
- b) tratar-se de atos nulos, cujo efeito a ser operado é *ex nunc*;
- c) caber tão-somente a administração a anulação de seus próprios atos;
- d) tratar-se de atos nulos, cujo efeito operado é *ex tunc*;
- e) tratar-se de atos anuláveis.

42) Associe corretamente e marque a alternativa correspondente, com relação à classificação dos atos administrativos:

- 1) atos que alcançam os administrados, os contratantes e, em certos casos, os próprios servidores, provendo sobre seus direitos, obrigações, negócios ou conduta perante a Administração.
- 2) atos que se destinam a dar andamento aos processos e papéis que tramitam pelas repartições públicas, preparando-os para a decisão de mérito a ser proferida pela autoridade competente.
- 3) atos praticados pela Administração sem usar de sua supremacia sobre os seus destinatários.
- 4) atos de comandos abstratos e impessoal e inatacáveis pela via judicial, a não ser pelo questionamento da constitucionalidade.
- 5) atos de operatividade caseira, que não produzem efeitos em relação a estranhos.

- A) ATOS DE GESTÃO
- B) ATOS INTERNOS
- C) ATOS EXTERNOS
- D) ATOS GERAIS
- E) ATO DE EXPEDIENTE.

A resposta CORRETA se encontra em :

- a) 1C – 2B – 3A - 4D – 5E;
- b) 1E – 2B - 3C – 4A – 5D;
- c) 1C – 2E – 3A – 4D – 5B;
- d) 1B – 2E – 3A - 4D – 5C;
- e) 1E – 2B – 3D – 4A - 5C

43) Assinale V (Verdadeira) ou F (Falsa) ao lado de cada afirmativa abaixo e marque a alternativa correta:

- () na teoria da responsabilidade objetiva prescinde da apreciação de elementos subjetivos para responsabilização do Estado
- () a legislação que trata da improbidade administrativa, também é conhecida como lei do “colarinho branco”.
- () a imprescritibilidade dos bens públicos decorre como consequência lógica de sua alienabilidade derivada.
- () a lei 8.112/90, dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, das fundações e das empresas públicas federais.
- () a supervisão ministerial é um meio atenuado de controle administrativo geralmente aplicável nas entidades da Administração indireta vinculadas a um Ministério. A supervisão não caracteriza subordinação, mas sim um controle finalístico da Administração que as instituiu. Tal controle é limitado aos aspectos que a lei indica, para não suprimir a autonomia administrativa e financeira das entidades vinculadas à Administração central.

- a) V – F – F – F - V
- b) F – F – V - V – F
- c) F – V – F – F – V
- d) V – F – F – V – V
- e) V – F – F – V - V

44) Considere-se as seguintes afirmações em relação a bens públicos:

- I – as terras devolutas são todas aquelas, que pertencentes ao domínio público de qualquer das entidades estatais, se destinam à utilização específica do Poder Público para fins administrativos.
- II – os bens públicos de uso especial são insuscetíveis de usucapião e de penhora, só podendo ser alienados a particular após sua desafetação por lei.
- III – terrenos acrescidos são todos aqueles que se formam com a terra carreada pela caudal, pertencendo por conseguinte à União Federal.
- IV – terrenos de marinha são faixas de terra de 33 metros de profundidade, contados horizontalmente, a partir da linha do preamar médio de 1831, para o interior das terras banhadas pelo mar – sejam continentais, costeiras ou de ilhas --, ou pelos rios e lagos que sofram a influência das marés, entendendo-se como tal a oscilação periódica em seu nível de águas, em qualquer época do ano, desde que não inferior a 5 centímetros, e decorrentes da ação das marés.

A esse respeito é correto o que se afirma SOMENTE em:

- a) I; II e III;
- b) II e IV;
- c) III e IV
- d) I e II;
- e) I e III

45) Em matéria de responsabilidade civil, considere as seguintes afirmações:

- I. a absolvição no juízo criminal, por insuficiência de provas, não exime o réu da obrigação de indenizar.
- II. a responsabilidade civil do Estado por atos dos seus agentes, nesta qualidade, é objetiva, mas a dos servidores perante o Estado é a regaliana.
- III. as pessoas jurídicas de direito privado, na qualidade de prestadora de serviços públicos, responderão objetivamente aos danos causados a terceiros.
- IV. não se pode mais questionar sobre a existência do fato ou sobre quem seja o seu autor quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

SOMENTE está correto o que se afirma em:

- a) II e III
- b) I, II e IV
- c) I, III e IV
- d) II e IV
- e) I e III

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

46) A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativo à saúde, à previdência e à assistência social, observado os seguintes princípios, exceto:

- a) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- b) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- c) irredutibilidade do valor dos benefícios;
- d) equidade na forma de participação no custeio;
- e) caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com a participação tão somente dos trabalhadores, dos empregadores e dos aposentados.

**47) A alíquota de contribuição dos segurados contribuinte individual e facultativo será de
. . . sobre o respectivo salário-de-contribuição.**

- a) oito por cento;
- b) vinte por cento;
- c) onze por cento;
- d) nove por cento
- e) doze por cento

48) O direito da Seguridade Social apurar e constituir seus créditos extingue-se:

- a) após 5 (cinco) anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído;
- b) após 5 (cinco) anos contados da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, a constituição de crédito anteriormente efetuada.
- c) após 10 (dez) anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído;
- d) após 15 (quinze) anos contados da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, a constituição de crédito anteriormente efetuada.
- e) após 20 (vinte) anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído.

49) São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas, na condição de empregado, exceto:

- a) o brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do país do domicílio;
- b) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional;
- c) o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais.
- d) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, mesmo que vinculado a regime próprio de previdência social;
- e) o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social.

50) Não se considera equiparada com acidente de trabalho:

- a) a doença degenerativa;
- b) o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;
- c) o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em conseqüência de ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho;
- d) a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade;
- e) o acidente sofrido pelo segurado, ainda que fora do local e horário de trabalho, na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;